

Data Venia



Ana Maria Campos
camposanamaria5@gmail.com

Juíza fazendo história

Pela primeira vez na história, uma mulher vai representar a Associação dos Juizes Federais (Ajufe). A entidade realizou, nesta terça-feira (7/4), a eleição da diretoria para o biênio 2026-2028. A juíza federal Ana Lya Ferraz, de 44 anos, foi eleita presidente pela chapa única "Ajufe em Frente". Titular da 2ª Vara Federal Cível e Criminal da Subseção Judiciária de Cáceres (MT), a magistrada foi secretária-geral da entidade.

Divulgação



Reprodução/Redes Sociais



Policial militar abrindo caminhos

Por falar em fatos inéditos, a coronel da Polícia Militar Suzane Tamanho foi nomeada nesta semana secretária de Segurança Pública do Mato Grosso. Além de ser a primeira mulher a assumir o cargo, ela também é, no Mato Grosso, a primeira pessoa LGTQIA+ no comando da pasta predominantemente masculina. A oficial é casada há 20 anos com a também policial militar Patrícia Silva Santos, com quem tem três filhas. A nomeação ocorreu na última segunda-feira (06/04) pelo governador Otaviano Pivetta (Republicanos). Suzane é a única mulher a se formar no curso de formação da Rota (Rondas Ostensivas Tobias de Aguiar), a tropa de elite do 1º Batalhão de Polícia de Choque da Polícia Militar do Estado de

São Paulo (PMESP), focada em patrulhamento tático, ocorrências de alta complexidade e combate ao crime organizado. Já mostrava sua vocação e empenho na carreira da PM.

Tentativa de golpe

Com a aproximação das eleições, um novo tipo de golpe tem circulado na internet. São mensagens falsas, que chegam especialmente por aplicativos como o WhatsApp, informando sobre supostas irregularidades no título de eleitor vinculadas ao CPF do cidadão. Esses comunicados apontam a existência de "pendências eleitorais" e pedem o acesso a links externos para "regularização imediata". Ao clicar, o usuário é direcionado a uma página falsa, com logomarca do TSE semelhante à da Justiça Eleitoral, o que pode induzir a pessoa a acreditar que está em um site oficial. O conteúdo ainda menciona possíveis sanções, como bloqueio de serviços públicos e impedimentos legais, além de incentivar o acesso a links não oficiais. O TSE adverte que a Justiça Eleitoral não envia boletos, não solicita pagamentos nem cobra taxas por meio de mensagens, aplicativos, SMS ou e-mail. Também não solicitam dados pessoais ou bancários por esses canais.



Gustavo Lima/STJ

Aposentadoria em abril

O ministro Antônio Saldanha Palheiro anunciou nesta semana sua aposentadoria no STJ que ocorrerá em 20 de abril. O magistrado completa 75 anos quatro dias depois e será enquadrado na idade limite para permanência nos Tribunais Superiores. Assim, será aberta uma vaga para os Tribunais de Justiça.



Marcello Casal Jr / Agência Brasil

STJ retoma julgamento sobre Sistema S com risco bilionário

A possibilidade de o STJ rever a proteção contra cobranças retroativas de contribuições ao Sistema S reacende o alerta entre empresas sobre insegurança jurídica e impacto financeiro. O tema volta à pauta da Corte em 15 de abril, após recurso da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), que pode ampliar o alcance da cobrança inclusive para contribuintes que já tinham decisões favoráveis. O receio ganha força com a dimensão econômica envolvida. Segundo dados da Fazenda Nacional, o impacto potencial da tese chega a R\$ 58,85 bilhões apenas entre 2017 e 2021, além de R\$ 11,7 bilhões estimados para os anos seguintes.

Modulação

No julgamento do Tema 1.079, o colegiado entendeu que não há limite para as contribuições a terceiros, mas modulou os efeitos da decisão para preservar empresas que já tinham decisões judiciais favoráveis, afastando a cobrança de valores retroativos. Agora, a Fazenda busca reverter essa modulação. Na prática, o pedido é para que a decisão tenha efeitos amplos e atinja todas as empresas, inclusive aquelas que haviam obtido decisões judiciais garantindo o recolhimento com base no teto de 20 salários mínimos. Caso essa revisão seja acolhida, empresas que deixaram de recolher valores com base em decisões favoráveis poderão ser cobradas retroativamente — o que pode gerar impacto relevante no caixa e afetar planejamentos financeiros.

Insegurança jurídica

Especialistas apontam que a possível mudança amplia a insegurança jurídica. "Por quase duas décadas, o STJ manteve um entendimento reconhecendo a limitação da base de cálculo para contribuições de terceiros. De forma repentina, esse posicionamento foi alterado, o que gerou forte insegurança jurídica para os contribuintes", afirma a advogada tributarista Renata Sternick.

"Eu disse para o companheiro Alexandre de Moraes: 'Você fez uma biografia histórica neste país com o julgamento do 8 de Janeiro, não permita que joguem fora a sua biografia'"

Presidente Lula,
em entrevista ao programa ICL Notícias, sobre o envolvimento do ministro com o Banco Master



Ricardo Stuckert/PR